

## ARTIGOS

# A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA ACADÊMICA NO BRASIL

*Paulo Cesar Scarim\**

Em 1934, com criação, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, da cadeira de Geografia, para qual foi convidado o francês Pierre Deffontaines, em 1935 com criação de uma cátedra similar na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, para onde se dirige no ano seguinte Deffontaines, em 1935 com criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros primeiramente em São Paulo e em 1937 com criação do sistema IBGE-CNG. no Rio de Janeiro: esses são os marcos indicativos da institucionalização da geografia acadêmica no Brasil.

Mas, anteriormente a esse período, outro período de institucionalização da disciplina é encontrado, derivado dos acontecimentos políticos pós-independência:

- quebra do centralismo imperial
- tentativa de organizar o Brasil de forma federal
- hegemonia dos estados que tiveram êxito do ponto de vista econômico, ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Mas o movimento na república velha, apesar da construção do discurso disciplinar e do reconhecimento como ciência natural pela legitimação científica derivado do interesse pelo estudo da região e da paisagem, não desembocou na institucionalização universitária e somente efetivou a formação de alguns cursos destinados à capacitação de docentes e de classes dirigentes.

A Revolução de 1930 reformula o projeto de unidade nacional, dando-lhe agora ares de estado modernizado, burocrático e hierárquico. A Revolução constitucionalista de 1932 demonstra a intenção paulista de não perder o controle da locomotiva do país. A criação de uma universi-

---

\* Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

dade como um centro de excelência acadêmica internacional é uma das atividades para esse fim.

Assim localizamos a primeira geração de geógrafos no Brasil: Deffontaines, DeMartonne e Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Maria da Conceição Vicente Carvalho (a primeira pessoa que se doutorou em Geografia no Brasil), João Dias da Silveira, Ary França, Antonio Rocha Penteadó, José Ribeiro de Araújo Filho, Pasquale Petrone, Léa Goldenstein, Nice Lecocq Müller, Aziz Ab'Sáber, em São Paulo; Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Orlando Valverde, Maria Therezinha de Segadas Soares, Nilo Bernardes e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, no Rio de Janeiro; Manuel Correia de Andrade (Pernambuco), Milton Almeida dos Santos (Bahia), Caio Prado Júnior (São Paulo), Victor A. Peluso Júnior (Santa Catarina), Mário Lacerda de Melo (Pernambuco), Odilon Nogueira de Matos (São Paulo), Dirceu Lino de Matos (São Paulo), Pedro Pinchas Geiger (Rio de Janeiro), Gilberto Freire (Pernambuco), Josué de Castro (Pernambuco), Anna Dias S. Carvalho (Bahia), Everaldo Backheuser (Rio de Janeiro), entre outros.

Delgado de Carvalho já havia introduzido o pensamento francês (ou melhor, lablachiano) na geografia brasileira 25 anos antes, pois data de 1910 a publicação de *Le Brésil Meridional* e sua luta contra o ensino descritivo e enciclopédico.

*O IX Congresso Brasileiro de Geografia*, reunido em Florianópolis em 1940, patrocinado da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Conselho Nacional de Geografia, é um marco no qual os primeiros resultados da nova postura introduzida por Deffontaines, DeMartonne e Monbeig já aparecem.

Assim a Associação dos Geógrafos Brasileiros, criada, em 1935, por um grupo de discípulos de Pierre Deffontaines, entre eles Caio Prado Jr., Agenor Machado e Rubem Borda de Moraes, o IBGE, que até 1973-74 se caracteriza por ser um órgão de estatística, geografia, geodésia e cartografia. O CNG, junto com Conselho Nacional de Estatística e com o Serviço Nacional de Recenseamento, passa desde o início a integrar estudantes como estagiários. Entre 1943-1947, o CNG abrigava reuniões periódicas, nas quais os membros apresentavam seus resultados de pesquisa de campo.

Foi um período em que os seus membros geógrafos sempre participaram da AGB e davam muitos cursos de aperfeiçoamento. A AGB do Rio de Janeiro, por outro lado, não tinha nada a ver com a de São Paulo, pois

Deffontaines queria fundar núcleos de estudos geográficos, e para esse fim convidava muitos geógrafos a realizar conferências, entre eles Josué de Castro, Silvio Fróes de Araújo, o próprio Deffontaines, Preston James, entre outros.

Mas por mais que os elementos do tripé constituído tenham sido criados conjuntamente e centralizados no eixo Rio-São Paulo, a comunicação e interligação entre os dois centros e destes com o resto do país não foi simultânea. Somente em 1943, quando Pierre Monbeig, substituindo Deffontaines, combinou com o grupo do Rio de Janeiro fazer uma assembléia conjunta<sup>1</sup>, elaborou-se um estatuto que unificava a entidade.

Surgem então as seções regionais, inicialmente apenas as de São Paulo e do Rio de Janeiro. De 1946 a 1969, as assembléias passaram a ser anuais, com muita riqueza de atividades, debates, leituras e discussões. Os trabalhos eram discutidos, criticados por todos, realizavam-se excursões em conjunto que resultavam em relatórios riquíssimos, muitos deles publicados. Foi um período de fortalecimento da AGB, com assembléias de pequeno porte, diferentemente da década de 1970, quando houve um *boom* e os encontros chegaram a ter 1500 participantes.

Entre a década de 1940 e o início da década de 1970, a AGB vai deixando progressivamente de ser uma entidade paulista para tornar-se uma entidade nacional, guardadas as proporções da geografia brasileira nesse período. Houve uma transferência do papel e do desempenho da universidade para a AGB, de acordo com a qual os sócios efetivos formavam uma categoria de professores que, por sua vez, controlavam o acesso à instituição, compunham a diretoria e chefiavam os grupos de trabalho.

Tomando como referência os presidentes da associação registra-se uma segunda fase, iniciada em 1952, em Campina Grande, numa disputa entre Rio de Janeiro e São Paulo, protagonizada por José Veríssimo e Dirceu Lino de Matos, em que José Veríssimo venceu por um voto. Em Cuiabá, 1953, venceu Dirceu Lino, e combinou-se que daí em diante haveria um acordo prévio para apresentação de candidatos, por revezamento: um ano seria indicado por São Paulo, o outro pelo Rio de Janeiro e, em seguida, pelos outros estados, na proporção de 1/3, 1/3 e 1/3, ou seja, na proporção aproximada dos números de sócios.

---

<sup>1</sup> Na cidade de Lorena, em 1946, a meio caminho entre São Paulo e o Rio de Janeiro.

Em 1961, Manuel Correia de Andrade sucedeu Pasquale Petrone, de São Paulo, mas era vez do Rio de Janeiro, portanto não houve consenso quanto à indicação. Em 1962, assume Milton Santos, da Bahia; em 1963, um paulista; em 1964, um carioca; em 1965, um catarinense; e em 1966, novamente um paulista, sendo que esta conciliação perdura até 1979.<sup>2</sup>

Ainda na segunda fase, as assembléias reuniam no máximo 200 participantes, pois não havia muitos cursos e alunos. O encontro tinha a duração de uma semana, sendo os primeiros dias para as comunicações de pesquisa e teses selecionadas, sem separação temática: todos assistiam a todos. Depois havia três dias de trabalho de campo, sempre coordenados por um pesquisador experiente, em equipes. Por fim, um ou dois dias de gabinete cuidavam da apresentação do resultado no final<sup>3</sup>.

Nessa fase, o recém-formado em geografia, ou mesmo o estudante, que ia às assembléias anuais da AGB, entrava em contato com as principais personagens da geografia brasileira, ouvia teses e comunicações que eram debatidas e avaliadas. Ele tinha a oportunidade de participar de trabalhos de campo e da elaboração dos relatórios que eram em seguida apresentados e debatidos. Em certas situações, as críticas feitas aos trabalhos eram muito fortes e provocavam a reação dos que apresentavam suas teses, o que criava oportunidades de contextualização científica e metodológica.

A década de 1950 já apresenta alguns indícios da quebra das características desse período. O retorno de Waibel, Monbeig e Ruellan aos seus países de origem e a participação do Brasil em congressos internacionais marcam a maturidade da geografia brasileira. No Congresso Internacional de Geografia em Washington (1952) os geógrafos já se

---

<sup>2</sup> ANDRADE, Manuel Correia de; ENTREVISTA. Rev. Geosul, UFSC, Florianópolis, nº 6, 1988.

<sup>3</sup> Excetuando-se a assembléia de São Paulo, em 1945, destinada à mudança de estatuto, e a do Rio de Janeiro, em 1956, de pauta administrativa, todas as demais desse período (ou seja, Lorena, em 1946; Rio de Janeiro, em 1947; Goiânia, em 1948; Belo Horizonte, em 1949; Nova Friburgo, em 1950; Campina Grande, em 1952; Cuiabá, em 1953; Ribeirão Preto, em 1954; Garanhuns, em 1955; Colatina, em 1957; Santa Maria, em 1958; Viçosa, em 1959; Mossoró, em 1960; Londrina, em 1961; Penedo, em 1962; Jequié, em 1963; Poços de Caldas, em 1964; Rio de Janeiro, em 1965; Blumenau, em 1966; Franca, em 1967; Montes Claros, em 1968; e Vitória, em 1969) tiveram trabalho de campo, beneficiando a geografia brasileira com uma grande quantidade de estudos sobre diversas áreas. Grande parte desses estudos continua inédita.

fizeram presentes em grande número, o que possibilitou constar a pretensão de sediar o congresso seguinte no Rio de Janeiro. Em 1956 realizou-se, então, o *XVIII Congresso Internacional de Geografia*, o primeiro no hemisfério sul, assinalando uma fase de afirmação da geografia brasileira, mas também uma abertura maior para novos ares, propiciada pelo contato com pesquisadores estrangeiros<sup>4</sup>.

A autoconfiança se materializa já na assembléia seguinte da AGB, em Colatina, em 1957, caracterizada pela realização de um simpósio temático (sobre "habitat rural"), mas também é significativo o fato de esse mesmo ano ser o da separação do curso de Geografia do de História, na USP. A assembléia de Colatina também deixa perceber sinais de insatisfação e desejo de mudança epistemológica. Logo depois, em Viçosa, acontece um forte debate metodológico. Acentua-se, então, a busca teórica e a manifestação de várias concepções, várias influências e várias tentativas de construção acadêmica.

Não podemos esquecer também que data desse período a criação da Sudene (1959) e a inauguração de Brasília (1960), fato que alimenta o debate desenvolvimentista e integracionista sobre o território brasileiro, repercutindo fortemente na produção geográfica. Vejam-se, por exemplo, o *Atlas do Brasil* (1959) e o primeiro tomo de *Geografia Regional do Brasil* (1963), publicados pelo IBGE-CNG, e *A terra e o Homem no Nordeste* (1963), de Manuel Correia de Andrade. É do período, também, o fortalecimento da discussão sobre a questão agrária e sobre a metropolização no Brasil.

Do mesmo modo que a geografia começa a ganhar contornos e abrangência nacional, as instituições mais tradicionais vão-se fortalecendo e diversificando seus campos de atuação. Houve então a criação do Instituto de Geografia, em 1961, por Aroldo de Azevedo, que juntamente com o Departamento de Geografia da USP foi instalado no novo prédio da Cidade Universitária, seguindo-se a criação de vários laboratórios de pesquisa. Com a criação de novos cursos no interior do estado de São Paulo e em outros estados, jovens docentes formados nessa universidade irradiaram sua formação pelo território brasileiro.

---

<sup>4</sup> A influência de Jean Tricart na geomorfologia brasileira vem desse período.

Nesse momento temos o “encontro” de duas gerações, o que produz uma riqueza de pensamento e pesquisa: em São Paulo a primeira geração (de Aziz Ab’ Sáber, Nice Lecocq Müller, Renato Mendes, Antonio Rocha Penteado, José Ribeiro de Araújo Filho, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Pasquale Petrone, Léa Goldenstein, Ary França, Renato Silveira Mendes, João Dias da Silveira, entre outros) trava contato com a segunda (de Manoel F. Gonçalves Seabra, Vincenzo R. Bochicchio, Gil Sodero Toledo, Judith de La Corte, Rosa Ester Rossini, Nelson Lacorte, José Pereira de Queiroz Neto, Maria Cecília França e Armem Mamigonian<sup>5</sup>). Já no Rio de Janeiro, a primeira geração encontra um novo grupo (Roberto Lobato Corrêa<sup>6</sup>, Speridião Faissol, Fanny Davidovitch, Antônio Teixeira Guerra, Bertha Becker, Therezinha de Castro, Aluizio Capteville Duarte, Maria do Carmo Corrêa Galvão, entre outros).

---

<sup>5</sup> Armem Mamigonian também pode ser considerado como pertencente a essa geração. Nascido em São Paulo em 1935, mudou-se para Campo Grande, mas retornou para São Paulo em 1951, tendo estudado no colégio Mackenzie. Logo em seguida, entra na Faculdade de Filosofia, numa época de intensa agitação com professores e alunos de vários cursos, assistindo a teses, excursões promovidas pelo Centro de Estudos Capistrano de Abreu, teatros, museus, participação em movimentos estudantis de várias correntes, na campanha do petróleo. No quarto ano, foi indicado por Aziz Ab’ Sáber para uma vaga como professor no Departamento de Geografia da USP, mas recebeu veto de Aroldo de Azevedo, por razões políticas. Em 1957 passa num concurso para o magistério secundário do estado de São Paulo e começa a cursar uma especialização na USP, única pós-graduação que existia. Quando surgiu uma vaga na Faculdade Catarinense de Filosofia, foi indicado e a ocupou, sempre participando das assembleias anuais da AGB e apresentando trabalhos de pesquisa. Vai à França em 1960-61, com bolsa do governo francês com a intenção de aprimorar estudos em geografia industrial, em Estrasburgo, onde estava Milton Santos, que o estimulou a preparar um doutorado com o professor Juillard. Volta à França em 1962, com materiais coletados em Blumenau, redige e defende Estudos Geográfico das Indústrias em Blumenau. MAMIGONIAN, Armen; ENTREVISTA. Rev. Geosul, UFSC, Florianópolis, nº 3, 1987.

<sup>6</sup> Este também é representante do primeiro grupo de geógrafos formados no Rio de Janeiro. Nascido em 1939, ingressou em geografia em 1958, na Faculdade Nacional de Filosofia, atual UFRJ, numa turma pouco numerosa. Em 1959 entra para o Conselho Nacional de Geografia, como estagiário. Em 1960 presta concurso para se efetivar no CNG No curso de geografia reinava então o conservadorismo, e a participação cultural e política dava-se fora da geografia. A escola de pensamento predominante, nesse momento, era a escola da paisagem, baseada em Vidal de La Blache e Carl Sauer, representada no Brasil por Hilgard Stenberg. No CNG recebeu a influência de Leo Waibel, Pierre George e Michel Rochefort, através de Nilo e Lysia Bernardes. A conclusão de seu curso acontece em 1961; em 1964 vai para Estrasburgo, pesquisar, com Etienne Juillard, principalmente a relação cidade-campo, mantendo contato com as obras de Dugrand, Kayser e Labasse.

O momento marca também a significativa passagem das publicações dos setores de geografia física para o de humana, e dentro deste a passagem da geografia agrária para a urbana. Como a construção de uma ciência não é homogênea, nem espacial nem temporalmente, tais observações não devem ser entendidas como absolutas e, por mais que não façamos aqui um mapeamento de diferenças por todo o Brasil, é possível considerar sua existência.

No final da década de 1960, começa a ser mais nitidamente percebidas as mudanças no seio da geografia, isso no contexto da ditadura, da repressão, do milagre econômico, da geografia quantitativa e da ampliação dos cursos de geografia de graduação e de pós-graduação. Na assembléia da AGB em Vitória (1969) temos uma reformulação com sessões separadas de geografia física e geografia humana. A partir daí os encontros são cada vez maiores, necessitando de cidades maiores, em metrópoles, com sessões especializadas e simultâneas; passam a ter 1.000 participantes, depois 1.500, e depois mais de 2 mil participantes; finalmente, tornam-se bianuais porque a organização tornou-se muito grande.

A AGB, até então uma instituição centralizada (fato que não se poderia justificar com o argumento das "pequenas dimensões"), era gerida por uma dezena de associados efetivos. Quanto aos sócios cooperadores, estes atuavam exclusivamente nas regiões e municípios: vários jovens buscam

---

De 1965 a 1970 tenta aplicar esse conhecimento ao Brasil. Desse modo, sua formação deu-se em três eixos: a geografia tradicional francesa, a nova geografia e a geografia marxista, afinal "não se muda de concepção como se muda de roupa, sempre algo permanece". Fica explícito o reconhecimento de que a passagem pelas duas primeiras são extremamente úteis, contribuindo para a superação de alguns defeitos, ou seja, a ingenuidade da francesa, a ideologia da New e a tradicional rejeição do espaço pelo marxismo. A partir de 1978, participa da nova fase da geografia brasileira, com o encontro da AGB em Fortaleza e o retorno de Milton Santos. Passados, em 1986, mais de 15 anos das técnicas estatísticas, tenta uma avaliação da metodologia, apontando seus limites em relação à explicação sobre a organização espacial, pois tratava-se, antes, de uma fragmentação da realidade, incapaz de compreender que um fenômeno socialmente produzido não pode ser apreendido a partir de esquemas fundamentados em processos aleatórios. Em 1972, Lobato apresenta um trabalho sobre o método estatístico de definição de hierarquia urbana, no ENG Em 1973, como "prêmio" pelo interesse pela nova geografia, ganha um mestrado na Universidade de Chicago, sob orientação de Brian Berry, sobre a relação entre a rede de localidades centrais e densidade e renda da população. O envolvimento maior com essa tendência se deu entre 1969 e 1976, com artigos e tese, período que marcou o apogeu da Revista Brasileira de Geografia. CORRÊA, Roberto Lobato; ENTREVISTA. Rev. Geosul, UFSC, Florianópolis, N° 1, 1986.

projeção, multiplica-se o número de participantes e de trabalhos apresentados, o que será um dos fatores desencadeadores da pressão por mudanças hierárquicas e rituais. Na assembléia de Montes Claros, em 1968, dirigida por Ney Strauch, decide-se pela reformulação dos estatutos, o que acontece em uma reunião no estado de São Paulo: desaparece a figura do “sócio efetivo” e passam à condição de “sócio titular” todos os profissionais, professores e planejadores; permanecem como “sócios colaboradores” os estudantes e os não-geógrafos interessados em geografia.

As reuniões passam a ser bianuais, o mesmo acontecendo com os mandatos. Assim, Araújo Filho, com o mandato de 1970 a 1972, organiza o congresso de Presidente Prudente; Lysia Bernardes (1972-1974) organiza o de Belém; David Márcio (1974-1976) organiza o de Belo Horizonte; José Cezar Magalhães (1976-1978) organiza o de Fortaleza; Marcos Alegre, que assumiu em Fortaleza em 1978, renunciou em 1979 com toda a diretoria, quando, na fala de Manuel Correia de Andrade, um “novo grupo tomou o poder” e propôs outro estatuto.<sup>7</sup>

As mudanças de estatutos da AGB, na busca de sua democratização, começam no dia 10 de julho de 1970, quando se reuniu em São Paulo a Assembléia Geral da AGB, em caráter extraordinário, para reformular os estatutos da Associação. O artigo 3º estabelecia que a entidade

“[...] compreenderá sócios de quatro categorias, Titulares (ter grau universitário em geografia, pertencer há pelo menos dois anos a uma seção local e ter participado pelo menos uma vez de um encontro nacional e fazer pesquisa em geografia), Honorários (por ser considerado benemérito à geografia, indicado por cinco sócios e aprovado pela maioria), Cooperadores (que se interessa pela geografia) e Correspondentes (residentes no interior, que estejam vinculados à geografia, ser indicado por cinco sócios titulares e aprovado por três quartos de uma assembléia geral).”

Nesse momento, que se inicia em 1970, a AGB toma uma atitude democratizante, ao estender a condição de sócio titular a todos os pro-

---

<sup>7</sup> A crise da AGB. coincidia com uma conjuntura de radicalização do movimento estudantil e permitiu o movimento de renovação da entidade a partir de Fortaleza. Na assembléia de mudança de estatuto em São Paulo, em 1979, somente Presidente Prudente e Rio de Janeiro tinham propostas. Manuel Correia de Andrade foi vice nas gestões de Araújo, David, José Cezar e de Marcos Alegre, tendo renunciado também em 1979. ANDRADE, Manuel Correia de; ENTREVISTA. Rev. Geosul, UFSC, Florianópolis, Nº 6, 1988.

fissionais, o que poupou os jovens formados de passar por uma barreira que só pode ser entendida por um viés ritualístico ou, no pior dos casos, burocrática. Ao mesmo tempo, a AGB vai perdendo o caráter de instituição que ministrava cursos, que formava geógrafos, em primeiro lugar porque não podia concorrer com os cursos de pós-graduação; e em segundo, porque a participação de centenas ou de milhares de pessoas inviabilizava aquele modelo, com os grupos de pesquisa de campo, relatórios etc. (por exemplo, já em Presidente Prudente houve aproximadamente 1.000 participantes). O crescimento da base provoca contínuas inquietações no seio da AGB ao longo da década de 1970.

Nos começos dos anos 70, o IBGE é transformado em fundação: os economistas passam a dominá-lo e alguns geógrafos passam a defender que os cursos devem ser atribuições das universidades, com a expansão destas. Começa aí o declínio do prestígio do IBGE, com o desmantelamento do sistema de planejamento, com as aposentadorias sem reposição, com trabalhos engavetados e com a diminuição dos recursos. Além disso, os métodos quantitativistas chegaram como um turbilhão, provocando uma obsessão pelo cálculo, agora facilitado pela computação eletrônica.

As formulações teóricas, contudo, malgrado a aparência moderna e revolucionária, continham muito de arcaico, constituindo aspectos lineares e mecanicistas. Paradoxalmente, esse movimento permitiu a manifestação de uma outra corrente ideológica, a marxista, dado que o conflito entre as tradições francesa e quantitativa provocava imobilismo e, por consequência, a permanência dos problemas existentes.

O processo de mudança, ocorrido entre 1969 e 1970, atinge o IBGE de forma intensa, pois os geógrafos rompem com o segmento da geografia francesa - base histórica da geografia acadêmica no Brasil - interessando-se pela geografia teórica, que se apresenta como uma grande moda. A influência começa em 1966, com a difusão/criação do sistema de planejamento territorial, no qual o IBGE estava envolvido diretamente, participando de pesquisas sobre região polarizadas, homogêneas, pólos de desenvolvimento e áreas programadas. A percepção geral era, então, que a geografia francesa não dava conta da demanda de planejamento, e que não havia mais necessidade de trabalho de campo, de observação de paisagem, dos estudos agora taxados como "acadêmicos". Assim verifica-se, no IBGE, uma mudança na geografia oficial e na

esfera de poder institucional, na qual os geógrafos que tinham contato com os níveis hierárquicos superiores alcançavam o poder interno.<sup>8</sup>

Com a mudança, alguns geógrafos passaram a conhecer outras técnicas e, por meio do contato com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo do BNH (Serfhau), conheceram Brian Berry e Jonh Colle, que na prática introduziram a geografia teórica-quantitativa, principalmente no Rio de Janeiro e em Rio Claro. Era vista na “Nova Geografia” a possibilidade de afirmar socialmente a geografia recorrendo a “métodos precisos, do emprego da matemática e de teorias”, o que implicava estudar matemática, inglês, estatística, teoria neopositivista; essa necessidade afastou muitos, embora alguns tenham se afastado por razões metodológicas e políticas, enquanto outros a tenham adotado como meio de afirmação política ou reacionarismo. Não tendo a mesma “utilidade” que, por exemplo, a engenharia e a economia, a geografia viu-se reduzida, pela ditadura, a simples instrumento de propaganda.<sup>9</sup>

É importante ressaltar que no final da década de 1960 e durante a década de 1970 um novo perfil de geógrafo começou a surgir no Brasil. Ele veio a somar forças na busca da construção de uma geografia mais

---

<sup>8</sup> Para Valverde, com o golpe de 64 começa no IBGE o que ele denomina de “vícios” da geografia quantitativa, que permanecem até 1978. Segundo ele, em 1978 um grupo criou a chamada geografia “radical” ou “crítica”, marxista, alegando que a geografia era uma ciência social, e que não deveria abarcar campos como a geomorfologia, a climatologia, etc., o que seria prejudicial para a geografia, pois eliminar os estudos referentes ao meio ambiente das diversas regiões equivale a presumir que a terra seja uma bola de bilhar, toda igualzinha. Então, só os fenômenos sociais têm significação? Contudo, tais idéias se difundiram muito entre os professores de geografia que não eram realmente pesquisadores. Em consequência dessa atitude, os adeptos dessa corrente se tornaram incapazes de fazer um Planejamento Regional, pois além dos problemas sociais, eles precisavam conhecer os recursos naturais da área em estudo, para que pudesse desenvolver harmonicamente.

<sup>9</sup> Mas no momento em que a nova geografia chega ao Brasil (1968/1969), nos EUA e na Inglaterra já começava a sua crítica, fenômeno que indica que na verdade o Brasil estava recebendo uma “sucata teórica”. Quando Lobato esteve em Chicago, soube, através da aula de William Pattinson, de uma “tal de geografia radical”, que queria mostrar o outro lado da sociedade, e que a New justificava a prática dominante, o que foi uma grande surpresa, principalmente por perceber que marxismo e geografia não eram opostos. Assim, os anos de 1975, 76 e 77 foram “dramáticos”, pois havia sido feito um enorme investimento intelectual em algo que já não se podia aceitar na íntegra. Após toda a dificuldade para assimilar a visão positivista, tornou-se necessário incorporar a visão dialética.

ativa, o que fez com que a AGB vivesse um período de desestruturação de uma estrutura sedimentada e um repensar sobre novas bases, principalmente até 1984, até adaptar-se ao novo sistema de poder, e uma reestruturação e sedimentação a partir de 1986.

Nessa década começaram a surgir indícios de questionamento das idéias aceitas pela comunidade científica, como por exemplo o livro *Introdução à geografia*, de Nelson Werneck Sodré<sup>10</sup>, de 1976, mas também a coleção *Seleção de Textos*, da AGB-SP (iniciada em 1976), que pela sua fórmula dinâmica, barata, começa a pôr em circulação textos que propõem uma linha de análise mais crítica<sup>11</sup>.

Milton Santos, em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, escrito em 1968, publicado na França em 1971 e no Brasil em 1978, fala da necessidade de mudança na maneira de interpretação da realidade pela geografia a partir de uma atitude dinâmica. “Essa necessidade”, diz ele,

[...] surgiu com bastante clareza desde a Segunda Guerra. O *aménagement* da superfície terrestre passou por uma verdadeira revolução. Tal revolução foi bastante sensível no que respeita aos dados com os quais o geógrafo tem o hábito e a necessidade de trabalhar, porquanto nem as paisagens nem as suas articulações permanecem as mesmas. O número de dados cresceu enormemente, e suas interpretações tornaram-se ainda mais complexas, sobretudo no que se refere às cidades. O objeto de nosso estudo, portanto, mudou. Manter a mesma metodologia significa expor-se a um trabalho de Sísifo, quando não um genocídio. Com efeito, analisar um fenômeno novo com uma metodologia ultrapassada equivale a deformar a realidade, e isso não conduz a parte alguma. Para não incorrer em semelhante impasse, não se deve reechar o uso da imaginação e da criação como parte de um novo esforço de concentração. Do mesmo modo, a proposição de uma nova metodologia representa a conquista de novos temas de pesquisa.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Com resenha de Armando Corrêa da Silva, no BPG n° 52, de 1976.

<sup>11</sup> Como no artigo “Relações Espaço-Temporais no Mundo Subdesenvolvido”, de Milton Santos, no número um, em 1976; “As Relações de Produção na Agricultura”, de Octavio Ianni, no número dois, de 1977; “A Questão Urbana”, de Manuel Castells, no número três, também de 1977; “Espaço e Dominação”, de Milton Santos, no número quatro, de 1978, lançado próximo ao encontro de Fortaleza; “Primeiras Reflexões sobre a Geografia do Imperialismo”, de Steen Folke, no número cinco, também de 1978; e “Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista”, de Caio Prado Júnior, no número seis, de 1979.

<sup>12</sup> SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 2.

A postura do lance de visada sobre seu próprio passado, confrontando-o com a realidade dinâmica e com a consideração de que o arcabouço teórico metodológico disciplinar não daria conta da explicação científica da realidade, é um dos componentes fundamentais do indício da postura renovadora da disciplina. É uma brusca parada na linearidade, é uma dobra, um olhar sobre si.

Buscando construir uma perspectiva crítica, no sentido de uma avaliação, julgamento (não como exposição simples dos erros ou defeitos, mas como tentativa de descoberta de condições, alcance e limites das nossas capacidades intelectuais e práticas), Armando Corrêa da Silva, em "Uma proposição Teórica em geografia", de 1976, afirma que "muitos geógrafos brasileiros da mais recente geração estão abrindo um antigo debate que diz respeito aos resultados possíveis de serem obtidos em geografia"<sup>13</sup>. O autor comenta a seguinte questão: cabe à geografia elaborar leis científicas ou apenas o estudo de casos individuais? Ele considera que há três tipos de geógrafos: os que privilegiam a natureza, os que insistem na interação homem-meio (natural) e os que tentam propô-la como uma ciência social. Lembra que o debate recente julgou obter respostas fugindo da questão do objeto e refugiando-se na questão do método, surgindo por parte de alguns geógrafos a intenção de dotá-la de instrumentos lógicos de análise a partir da utilização de métodos matemáticos. Resgata a proposição de Pierre George, de captar a dialética do processo histórico na sua dimensão espacial e, portanto, geográfica, abordagem que coincidiria com a concepção de Karl Mannheim, segundo a qual à geografia cabe o estudo dos fatores externos. O espaço possuiria, segundo Armando Corrêa, gênese, estrutura, característica, processos e funções, e um significado para a consciência humana não apenas psicológico<sup>14</sup>.

Todas essas considerações são feitas a propósito de tese de doutoramento, através de um procedimento empírico-indutivo, no qual "tentou-se a construção de categorias lógico-históricas de explicação geográfica capazes de apreender a gênese e a evolução da região, entendi-

---

<sup>13</sup> SILVA, Armando Corrêa da. Métodos em Questão. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Instituto de Geografia, p. 1

<sup>14</sup> Idem, p. 6.

da esta como unidade básica, objetiva e material, do espaço geográfico". O interessante é que já estamos em 1976, mas o autor, um dos principais formuladores de geografia crítica pós-1978, não cita em nenhum momento autores clássicos do marxismo.

Contudo, os argumentos vão-se tornando quase banais. Milton Santos, em *Por Uma Geografia Nova*, de 1978, percebia a constituição de uma fase em que as significações das coisas experimentavam uma mudança praticamente revolucionária: quando as condições gerais de realização da vida sobre a terra modificam-se, as disciplinas são obrigadas a alinhar-se para poder exprimir em termos de presente aquela parcela da realidade total que lhes cabe explicar.

Enquanto outras disciplinas se aperceberam dessas mudanças qualitativas e as incorporaram ao seu acervo, a geografia continuava analisando suas categorias segundo uma concepção ultrapassada, impossibilitando uma análise coerente. E como cabe a cada disciplina a elaboração de sua epistemologia, criando seu sistema próprio de pensar uma parte da realidade, a geografia neste momento necessitava descobrir o novo. O novo se impunha como uma determinação apriorística a toda mudança.

No texto, Milton Santos reconhece que a tarefa de renovar as formas de pensar da sociedade encontra muitos obstáculos, difíceis de transpor quando surgidos no próprio ambiente da profissão, tanto por causa do selo do saber oficial que esta carrega, como pelo risco que as mudanças possuem de ferir suscetibilidades entre companheiros. Dessa forma, é muito importante o comportamento da coletividade científica na difusão de uma nova idéia, principalmente entre os profissionais já experientes, levando-se em conta também que as novas idéias são em grande parte desconhecidas, normalmente ainda em processo de formulação, inacabadas.<sup>15</sup>

Valendo-se de Kuhn (1962), Milton Santos põe em questão o dado de que a geografia não poderia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos após a Segunda Guerra, contribuindo para isso a mudança dos suportes do trabalho científicos (a auto-

---

<sup>15</sup> SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova* (1978). 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [1978], p. 1-9.

mação, principalmente), a mudança nas necessidades dos utilizadores e a modificação no objeto da atividade científica<sup>16</sup>. Essa transformação fez com que na geografia os defensores da nova linha buscassem deixar clara sua distância em relação a uma geografia considerada não só ultrapassada, mas, sobretudo, uma “não geografia”.

A idéia era sobrepor-se aos exclusivismos locais, manifestando-se por intermédio de organizações e publicações próprias e buscar difusão em congressos, colóquios e intercâmbios de professores, o que justificaria a escolha, nada ingênua, da denominação “*New Geography*”, que apontava uma preocupação de afirmar não somente o valor do “novo”, mas também o do “único”, provocando a separação em dois pólos, os “a favor” e “os contra”, entre quantitativistas e qualitativistas, encontrando um contrapeso importante na França, numa vocação mais especulativa e social, a partir das preocupações de Maurice Le Lannou, Maximilien Sorre, Pierre George. No confronto com a “*New*”, esta última tendência ganhou nova energia.<sup>17</sup>

As críticas mais sérias à “*New*” seriam, segundo Milton Santos, as de que ela não é um paradigma, como se intitula, mas apenas uma metodologia; ele considera ser difícil separar “paradigma” de “método”, mas reconhece que o privilégio dado aos métodos e técnicas é uma das principais fraquezas desta geografia: a quantificação seria somente um instrumento, seu maior pecado seria o desconhecimento do tempo e de suas qualidades essenciais<sup>18</sup>. Considerando a importância da análise de sistemas na geografia, problematiza: 1) sua associação à quantificação, pois esta consideraria as partes em relação umas com as outras, como se esse movimento não interessasse à totalidade das partes, mas somente àquelas que estão em relação; 2) os métodos matemáticos, pois, principalmente quando se referem ao espaço, sofrem da fraqueza fundamental que vem da incapacidade de apreender o tempo no seu movimento<sup>19</sup>.

Considerando também a importância da construção de modelos, Milton Santos argumenta que na geografia os maiores equívocos vêm

---

<sup>16</sup> Idem, p. 39.

<sup>17</sup> Idem, p. 41.

<sup>18</sup> Idem, p. 45-53.

<sup>19</sup> Idem, p. 61.

das práticas mecânicas, que não levam em conta a necessidade de rever e refazer os conceitos e os modelos derivados do processo real de transformação, pois a partir do momento em que “se aplica modelo congelado, para explicar uma realidade em movimento, trata-se de uma violência metodológica pura e simples”.<sup>20</sup>

A “*New*” seria, então, uma exaltação da tendência positivista que sempre influenciou a geografia, apoiando-se na revolução tecnocientífica, nos progressos obtidos pelas ciências exatas durante a Guerra, na nova organização da economia, no pós-guerra, na nova fase do capitalismo internacional (que nos EUA coincidia com a implantação de um “verdadeiro terror na vida cultural e política”) na aceitação de um novo modelo de utilização dos recursos que dependia da aceitação da noção de crescimento econômico e na submissão a um novo modelo de consumo.

Nesse momento, a geografia acolheu como palavra de ordem a modernização, transformando-se num instrumento de planificação: justificava necessidades definidas *a priori*, recebia da matematização a aparência de cientificidade. O resultado desse posicionamento era não a adoção de um método de análise rigoroso, mas uma “venda por atacado de processos estatísticos”, uma espécie de cientificismo que resultava em mitificação, ignorando as estruturas, os processos e as desigualdades sociais, transformando a geografia numa “viúva do espaço”.<sup>21</sup>

Assim, tanto quanto a “*New*” valeu-se das transformações ocorridas em todos os domínios científicos e da nova organização da economia

---

<sup>20</sup> Idem, p. 66.

<sup>21</sup> “A teoria da difusão das inovações, introduzidas na geografia por Hagerstrand, tornou-se rapidamente um instrumento de marketing, através do uso indiscriminado de modelos quantitativos arbitrários” (Idem, p. 73-81). “No caso da geografia, a crise tornou-se mais grave porque a cumulação de equívocos cristalizou o erro e cada progresso aparente era, na verdade, um passo gigantesco para trás. Foi assim que a geografia pode ser definida, desde a sua fundação, mas sobretudo depois da segunda guerra mundial, por um conjunto de postulados que, ao invés de ajudar a descoberta do real, contribuía para escondê-lo. Como essa postulação se abrigava em uma retórica cientifista, em uma fase da história em que a ciência considerada como estudo de fenômenos, isto é de aparências, se impunha à consideração da realidade em si mesma - e isso como uma necessidade própria à expansão, sem peias, do sistema capitalista - tal cientifismo despreocupado com a essência das coisas era, ao mesmo tempo, o estímulo para uma geografia empírica e sua justificação. Isso era uma espécie de biombo para a crise.” (Idem, p. 93).

para justificar-se como novo “paradigma”, a nova geografia também os assumiria como argumentos. Para Milton Santos, o ano de 1978

[...] foi a eclosão de um movimento que vinha se gestando há mais tempo e que havia uma fermentação extremamente bem orquestrada. Não foi obra do acaso nem foi erupção espontânea. Não houve apenas gratuidade. Havia um grupo de geógrafos brasileiros preocupados com a geografia brasileira dispostos a mudar seu rumo no sentido acadêmico, na construção de uma nova teoria geográfica, uma nova posição que fosse também ao mesmo tempo, política e acadêmica, dentro da geografia [...]. Eu fui instrumental a esse movimento [...].<sup>22</sup>

Que grupo é esse? A orquestração aludida constituiu-se realmente de acordo com essa imagem? Afinal, a compreensão de que uma disciplina científica constrói-se por atos pensados, organizados, orquestrados, pré-elaborados, é um dos principais mitos da modernidade. O olhar externo sobre o passado de uma disciplina, cujos registros podem parecer desconexos, reelaborados ao sabor de um novo tempo ou de intenções variadas, tende a povoar-se de mistérios e aventuras (a história como uma guerra ilustre, como quer Ortega y Gasset, ou o encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa, no qual o passado nos dirige um apelo, como quer Walter Benjamin, são imagens que permitem estabelecer modos de recuperar o passado).

José Willian Vesentini, na apresentação de *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*<sup>23</sup>, comenta que em 1976 a Inicativas Editoriais de Lisboa adquiriu os direitos autorais para a língua portuguesa da obra e a publicou numa tiragem de três mil exemplares em fevereiro de 1977. A edição esgotou-se rapidamente, havendo até alguma comercialização no Brasil, mas a empresa faliu pouco depois e os direitos de publicação em língua portuguesa ficaram dez anos bloqueados na editora falida. Em 1978 surgiu uma edição pirata, além de serem notórias as cópias xerografadas. Ainda assim, a obra não teve a circulação merecida. Pela importância da obra, cabe a pergunta: quantos, quem e como foi lido esse livro? No caso de Yves Lacoste, um texto anterior,

---

<sup>22</sup> SANTOS, Milton; ENTREVISTA. Rev. Geosul, UFSC, Florianópolis, nº 7, 1989, p. 142.

<sup>23</sup> VESENTINI, José Willian. *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1988. 4ª Ed., 1997.

intitulado *A Geografia*, teve abrangência de leitura superior ao livro, embora seja este que após a década de 1980 ganha o *glamour* nas citações e nas falas. O mesmo acontece, também, com o livro de Santos, se comparado ao texto *Espaço e Dominação*. A ciência não escapa, pelo simples fato de ser ciência, às imagens distorcidas de si mesma.

No contexto do fim de década de 1970 o termo comum no ambiente geográfico brasileiro era o de crise. Seu uso estabelecia vínculos imediatos com os acontecimentos da geografia mundial, com o momento político e econômico brasileiro e também com o momento próprio da comunidade geográfica brasileira. O termo largo emprego tanto na geografia francesa quanto na americana, chegando ao Brasil pela via de alguns textos, entre os quais encontramos os de Yves Lacoste, como o artigo *A Geografia* e o livro acima citado.

A posição assumida por Ruy Moreira, à época, era de que a

[...] crise dos fundamentos do saber geográfico (tradicionais, novos e novíssimos) e o movimento (raramente sério) de sua reformulação coincidem justamente com o mais novo momento histórico de 'revisão' do marxismo. A constatação e mapeamento dessa coincidência, que já ocorrera nos finais do século XIX, quando pela primeira vez o marxismo é objeto de revisionismo, tem sua importância derivada do fato de que este momento atual é o da 'descoberta', afinal, do marxismo pelos geógrafos. Último baluarte do positivismo, hoje a geografia se engravida de marxismo em todo o mundo, não havendo um departamento universitário em que a maldição não tenha sido substituída pelo flerte. Como diria Machado de Assis, mudou o peru ou o Natal? Que ou qual marxismo [...] a geografia está assimilando numa época de 'revisão'?<sup>24</sup>

O autor localiza três momentos de revisão do marxismo. O primeiro ocorrido na última década do século XIX (em torno de 1890), no âmbito dos partidos operários da II Internacional (chamados na época social-democratas) e envolvendo a terceira geração de marxistas<sup>25</sup>, com epicentro na social-democracia alemã. Eduard Bernstein, dirigente social-democrata alemão, faz coro ao movimento 'retorno a Kant' que se desenvolve no seio da intelectualidade alemã e abre o paradigma neo-

---

<sup>24</sup> MOREIRA, Ruy. Seleção de Textos, 14, AGB-SP, Teoria e Método.

<sup>25</sup> A primeira sendo a do próprio Marx, que morrerá em 1883, e a de Engels, que morrerá no auge do revisionismo, em 1895.

kantiano nas ciências<sup>26</sup>, propondo uma revisão do marxismo à luz do neo-kantismo. O segundo momento de 'revisão' tem ainda lugar no seio da II Internacional e da terceira geração de marxistas, mas com epicentro na social-democracia russa, na primeira década do século XX (por volta de 1908), tendo por base da 'revisão' o positivismo empiriocriticista (idealista) de Mach (físico) e Avenarios (filósofo).

No terceiro momento, o atual, o revisionismo vem de diferentes fontes filosóficas, ocorrendo sobretudo na universidade, a qual,

[...] capturando a exclusividade da produção científica a partir da segunda grande guerra e com isto sobrepondo aos espaços da sociedade civil nos quais a intelectualidade produzia obras comprometidas com os partidos e sindicatos operários, se torna, sob a égide e como extensão do estado, o centro da difusão de idéias filosóficas que substanciam a 'revisão', desde o estruturalismo até o ecologismo-autonomismo, cujo traço comum é o idealismo disfarçado e a 'condenação' do marxismo como uma filosofia positivista (!), e constituem o amplo espectro de paradigmas das ciências e da geografia (incluindo-se a chamada 'Geografia Crítica', um rótulo sob o qual se evita esclarecer o que criticam 'os geógrafos críticos').<sup>27</sup>

Assim, o posicionamento de Moreira lança o debate para uma esfera de tal amplitude que ultrapassa tanto o *local* quanto o *disciplinar*. Isso, por um lado, torna-o generalizante; por outro, fortalece o uso da teoria, marcando-se principalmente pelo embate marxista. O padrão da intervenção, ao tornar-se hegemônico, induz outros a agir da mesma maneira, demarcando um novo perfil do geógrafo brasileiro na década seguinte.

Na AGB a busca de transformação é cada vez mais forte, até que em 1978 "grupos de jovens" fizeram grandes contestações a seus estatutos. Várias pessoas, principalmente estudantes, recorda Manuel Correia de Andrade, agitaram o cenário movidos pela necessidade de reforma no estatuto, provocando a convocação de uma assembléia geral específica em São Paulo, em 1979, no Departamento de Geografia da USP.

Em 1978 houve dois candidatos, Marcos Alegre, de Presidente Prudente, e Cassemiro Jacob, do Rio Grande do Sul, o que não foi possível conciliar. Marcos Alegre vence, mas não propicia condições para manter

---

<sup>26</sup> Que na geografia será personalizado por Alfred Hettner (na Alemanha) e Richard Hartshorne (nos Estados Unidos).

<sup>27</sup> Idem, pág. 2.

a AGB na linha de reformulações e de ampliação que vinha sendo traçada. Em 1979, recorda Andrade, “os sócios cooperadores conseguiram, com apoio de alguns sócios efetivos, controlar a assembléia, em grande parte formada por estudantes, provocando uma ruptura e a transformação da AGB em uma sociedade em que os estudantes passaram a ter verdadeiro controle dos destinos da mesma.”

Manuel chama a pressão aos poucos sócios titulares presentes de “golpe de força”, pois a diretoria viu-se numa difícil situação: ou renunciava ou entrava na Justiça. A decisão foi pela renúncia e entrega da AGB aos “revolucionários”, que elegeram Armen Mamigonian como presidente<sup>28</sup>.

É possível identificar traços fundamentais nesse embate. Em primeiro lugar, há duas gerações que se identificam como distintas, contraditórias e opositoras, constituindo a comunidade geográfica, envolvidas numa discussão que gira em torno do estatuto da AGB. Em segundo, aparece a generalização proposta pelos “revolucionários”, também presente na distinção entre as gerações, no que diz respeito a atitudes e estratégias. Mas tanto em um traço como no outro há um duplo sentido, na medida em que não somente os “antigos” os identificam, mas também os discursos dos “novos” marcam regularmente as idéias de “novo” e de “revolucionário”.

A conciliação entre Rio de Janeiro e São Paulo e as outras seções, tradição na AGB desde a década de 1940, apresentava-se também em relação às tendências teóricas dentro da geografia, pois uma cúpula que pretende manter-se no poder por muito tempo precisa fazer concessões. Quando a conciliação política começa a ser rompida, na década de 1970, a teórica também passa por alguns golpes. A tentativa de domínio da geografia quantitativa, não somente na AGB mas em toda a geografia brasileira, não conseguiu unanimidade, mesmo em Rio Claro e no IBGE.

A grande batalha com os quantitativistas deu-se em 1972, em Presidente Prudente, e nas reuniões de Belém, em 1974, e Belo Horizonte, em 1976. Mas essa luta ocorreu paralelamente a outra, esta contra a dependência brasileira dos cânones estrangeiros: se por um lado a “geo-

---

<sup>28</sup> ANDRADE, Manuel Correia de; ENTREVISTA. Rev. Geosul, UFSC, Florianópolis, nº 6, 1988, pág. 123-119.

grafia quantitativa”, ao questionar a “geografia tradicional”, abre a perspectiva de mudança, por outro as críticas aos cânones estrangeiros joga sobre a “geografia quantitativa” uma pesada crítica.

Entre os quantitativistas brasileiros destacam-se como principais Roberto Lobato Corrêa, Felizola Diniz, Antônio Christofolletti, Ceron, Speridião Faissol e Pedro Geiger, que chegaram a escrever artigos sobre o poder nacional na linha do governo Médici, publicados na *Revista Brasileira de Geografia*. Mas com o enfraquecimento do regime militar e com o desmoronamento do “milagre econômico”, muitos quantitativistas mudaram de posição, alguns por novas reflexões, outros por oportunismo.

O contexto de mudança abre espaço também para o debate sobre o ensino de geografia no Ensino Fundamental. Durante toda a década de 1970, a AGB teve o importante papel de frear as tentativas de implantação dos Estudos Sociais em lugar da Geografia e da História. Manuel F. G. Seabra lembra que veio à tona em 1980 um projeto de autoria do conselheiro professor Paulo Nathanael Pereira de Souza, que propunha a implantação em todo o território nacional da Licenciatura Plena em Estudos Sociais, estruturada com um núcleo de matérias comuns a que se seguiam matérias específicas e matérias pedagógicas (decorrentes de um processo de discussão que se iniciou em 1971, com a Lei 5.692 e o parecer 853).

Para a geografia, especificamente, o projeto pressupõe a separação radical entre licenciatura e bacharelado, questão que será palco de debates em julho de 1981, em Salvador, na 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, da qual a AGB é associada. Nesse momento estava em debate também a regulamentação da profissão de geógrafo, principalmente as medidas restritivas ao licenciado em Geografia dada pela resolução 271/81 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), derivadas da interpretação do Decreto nº 85.138, de 15 de novembro de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.664, de 26 de julho de 1979<sup>29</sup>.

Tais discussões, em conjunto com a série anterior que aqui buscamos elencar, contribuem para o repensar do perfil do geógrafo: o que é

---

<sup>29</sup> In: Estudos Sociais e Vulgarização do Magistério e do Ensino de 1º e 2º Graus. Boletim Paulista de Geografia, 58, AGB-SP, 1981.

a Geografia? Para que serve ela? A quem serve? Questões como essas povoaram o imaginário coletivo da comunidade geográfica brasileira (mas não só) no final da década de 1970.

Além da mudança na prática geográfica, no ensino, na profissão, explicita-se também a necessidade de mudanças epistemológicas. Ana Fani Alessandri Carlos comenta que

[...] a geografia crítica se propõe a pensar o fenômeno para além de seu aspecto formal, ultrapassar o nível fenomênico, e entender a realidade como articulação dialética entre forma/essência. Deste modo aborda o processo de produção do conhecimento geográfico numa nova perspectiva. Rompe-se com a postura positivista do 'mistério da origem' (Conti); ou mesmo da idéia de correspondência e solidariedade entre fenômenos desenvolvida por Vidal de La Blache. O materialismo dialético estrutura a base do conhecimento enquanto adequação do pensamento e do ser; um conhecimento que não se reduz ao pensamento e que envolve a dimensão da prática social enquanto conteúdo do real. Coloca-se a compreensão do espaço na perspectiva do movimento das coisas e das coisas em movimento, levando à compreensão do caráter contraditório das relações que produzem o espaço geográfico, que permite orientar o pensamento para a ação, num esforço de compreender o conteúdo teórico da sociedade em seu processo contraditório de humanização/desumanização do homem em suas condições concretas de existência.<sup>30</sup>

Tal postura, de forma similar a inúmeras outras, começa a ganhar liberdade no final da década de 1970. A abertura política brasileira, o questionamento da hegemonia capitalista, o re-surgimento dos movimentos sociais, a mudança na AGB, a aceitação do marxismo na geografia, todos esses fatos significavam, enfim, que as portas estavam escancaradas para a mudança. E, como a geografia é o que os geógrafos fazem dela, resta saber quais mudanças foram feitas.

Na perspectiva da construção de um arcabouço teórico-metodológico como uma construção coletiva, constituída em debates, várias tentativas foram realizadas no início da década de 1980: assim foi com o seminário "Filosofia e Geografia", organizado por Armando Corrêa da Silva, no Rio de Janeiro, em 1983, e em textos publicados (como a coleção o *Borrador*, editada pela AGB-SP, de 1980; um número especial da *Revista*

---

<sup>30</sup> Os caminhos da geografia humana no Brasil. BPG n. 71, 1992, 129- 142

*de Cultura Vozes*, organizado por Ruy Moreira, de 1980; o livro *Geografia: Teoria e Crítica; O saber posto em questão*, organizado por Ruy Moreira, de 1982; e *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, organizado por Milton Santos, de 1982).

Mas será que essas mudanças se concretizaram na década de 1980? Milton Santos considerou, já em 1989, que a Geografia Brasileira estava precisando de uma nova reviravolta, mais difícil porque a Geografia institucionalizou-se mais fortemente nesse período, e boa parte dos responsáveis pelo debate da década de 1970 já estava aceitando o *status quo*. Para Santos, faltava produção acadêmica, sobretudo “por estas teses todas”, pois a geografia tornou-se “algo vendável” nas prateleiras das livrarias, uma produção de divulgação, muito grande, vulgarizadora, isto é, uma produção diversa da de quem divulga.

Milton Santos considera que na maior parte as teses do período não são de natureza acadêmica, e sim “gastrointestinal”, resultantes da vontade de poder ou de uma posição melhor na carreira, reduzida pela falta de objetivo, manifestação de oportunismo, redução do nível de caráter das pessoas. A vida acadêmica tornava-se regra, imposição, não havendo por isso um projeto geográfico brasileiro. Tratava-se de produção burocrática, feita para cumprir regulamento.

O fato refletia-se nas crises das revistas, que não encontravam artigos de qualidade para publicar; na incapacidade físico-intelectual de se produzirem sínteses, necessárias; na forma como o tempo dos professores era organizado, com a multiplicação de reuniões que consumiam um tempo enorme com questões que poderiam ser decididas por um “colega responsável”, gerando uma perda inaceitável na vida acadêmica; numa hierarquia de valores de importância que colocava a vida acadêmica em um patamar muito baixo, sob o peso do poder (não o de formular um projeto para a Geografia, para o departamento, mas simplesmente o poder pelo poder<sup>31</sup>).

(Questionar esse estado de coisas requer primeiramente um comentário. Não é possível generalizar todas as críticas. Dizer que as teses não são acadêmicas e sim “gastrointestinais” pode significar um modelo idealizado de academia; acaso a academia não inclui o conjunto de ativida-

---

<sup>31</sup> SANTOS, Milton; ENTREVISTA. Rev. Geosul, UFSC, Florianópolis, n. 7, 1989, pág.144 - 146.

des burocráticas - *gastrointestinais*, por que não? - prazos, rituais, regras? Considerar a produção acadêmica como "nula" é um exagero, pois restaria a pergunta: sob que parâmetro? Basta investigar a produção acadêmica geográfica brasileira ao longo da década de 1980, em todas as suas áreas, para constatar a ampliação da produção.

O próprio Milton Santos é um exímio representante da produção acadêmica "legítima", assim como seus orientandos e o laboratório que faz parte, mas também ajudou a constituir a geografia "vendável". O questionamento serve, neste instante, para ressaltar que existem vários níveis de mudanças, articulados entre si: a mudança do mundo, a mudança paradigmática, a mudança teórico-epistemológica disciplinar, a mudança da estrutura acadêmica, a mudança do perfil sociológico da comunidade científica, a mudança de postura e de interesses; enfim, cabe dizer que uma mudança não implica necessariamente efeitos em todas as instâncias de um sistema. O movimento produz contradições, pois há desigualdades nos ritmos das mudanças. Por exemplo, uma crítica teórica pode justificar e encobrir interesses políticos ou pessoais.)

Consonantes com a reorganização dos movimentos sociais ocorridos no período, vários trabalhos de pesquisa no final da década de 1970 e principalmente ao longo da década de 1980 procuraram construir uma nova síntese. Eles incorporavam outra ordem de elementos à análise, formando uma nova visão geral da estrutura e dos processos sociais, que em grande medida partem dos processos econômicos, discutindo a natureza do Estado no capitalismo monopolista. Apontavam para o surgimento de novas contradições, sobre as quais fundavam-se manifestações coletivas não-institucionalizadas que marcavam, na prática, uma ruptura com o populismo.

Do mesmo modo, punham-se como sujeitos políticos, não somente como resultado - também como libertos - do processo. Isso resultou numa transformação das bases para a análise dos movimentos, invertendo o sentido da análise: ao invés de partir do Estado e da estrutura econômica, elegem como tema a organização social, dada pela forma diversificada de organização dos próprios movimentos populares, iniciando então a formulação de uma geografia dos movimentos populares no Brasil.

Assim, em conjunto com a superação na prática política, foi necessária uma ruptura teórica com os velhos paradigmas populistas centrados na ação do Estado e na economia, pois agora era possível considerar os

movimentos como produtores de espaço, com direito a uma concepção e a uma percepção particular, além de suas próprias contradições em relação a esse elemento. Ocorre uma redefinição do termo “população”, que ultrapassa a noção “abstrata” ou “passiva” no processo econômico, assumindo o *status* de fator de diferenciação e formador de contradições.

Seguem-se profundas transformações nos modos de pensar e fazer a geografia, passando pela incorporação de novas categorias, caminhando da noção de organização para a de produção social do espaço. São profundas as mudanças bibliográficas: o referencial torna-se mais interdisciplinar, os autores clássicos tornam-se secundários, o objeto central da análise passa a ser o homem como sujeito da história e o espaço como produto da atividade humana.<sup>32</sup>

A estrutura construtiva de ligação da geografia com o mundo real leva a um acompanhamento de vários movimentos sociais que eclodem no período, entre eles o movimento indigenista, dos sem-terra rurais e urbanos, dos seringueiros, dos ribeirinhos, além da questão ecológica e operária. Essa perspectiva começa aparecer primeiramente em textos esparsos, como na *Seleção de Texto*, no *Boletim Paulista de Geografia*, na revista *Terra Livre*<sup>33</sup> etc.

Os movimentos estruturaram-se em função da busca de uma mudança estrutural no caminho da democracia, organizando-se para a participação popular na Constituinte de 1988 e nas eleições gerais de 1989. Em 1988 grandes avanços foram conseguidos no texto da *Constituição Federal*, nos vários capítulos considerados de importância pelos movimen-

---

<sup>32</sup> Sobre a transformação do foco da pesquisa em geografia urbana no Brasil, ver: Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano, resultado de um balanço coletivo produto do I Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em 1989. O livro foi organizado por Ana Fani Alessandri Carlos, a qual diz à página 179: “Os traços marcantes da realidade urbana entram na análise geográfica: a pobreza, as diferenciações e a segregação espacial, os movimentos sociais urbanos em todas as suas dimensões; a utopia, os projetos, a questão da cidadania e o direito à cidade. Não há distanciamento entre a realidade urbana e o modo de entendê-la, o que representa um caminho para a elaboração teórica sobre o urbano pela perspectiva geográfica”.

<sup>33</sup> Pode-se citar como exemplo o número 64, de 1986, em que os textos giram em torno da questão da habitação, dos movimentos sociais urbanos, da indústria da construção e do papel do Estado. Além da revista *Terra Livre*, número 6, e do *Boletim Paulista de Geografia*, número 66, ambos de 1988.

tos. Em 1989 estivemos perto de ter uma candidatura apoiada pelos movimentos populares na presidência da República.

A perspectiva de inserção da Geografia nos movimentos sociais não atinge somente os temas e a metodologia da pesquisa, mas também a própria organização da comunidade geográfica. Em 1986, na *34ª Assembléia Ordinária da AGB*, realizada durante o *VI Encontro Nacional de Geógrafos* (em Campo Grande), deliberou-se sobre a necessidade de promoção de reuniões freqüentes da entidade para dar vazão à discussão de assuntos urgentes ou temáticos, de interesse geral da categoria. A deliberação sugeria a realização de reuniões nacionais intercaladas aos encontros bianuais.

A situação do ensino de Geografia no país, que exigia conhecimento mais aprofundado e questionamentos melhor fundamentados, foi à época eleita como prioritária. O resultado foi o *I Encontro Nacional de Ensino de Geografia*, realizado em julho de 1987, em Brasília. Reuniram-se cerca de 2 mil pessoas, entre brasileiros e estrangeiros, um marco para a categoria. As resoluções deste encontro foram, quanto à educação em geral, que a AGB lutasse por uma escola de tempo integral e professores em tempo integral; pela integração entre professores de 1ª a 8ª série; por grades curriculares com três aulas semanais de Geografia no primeiro e segundo graus; por propostas alternativas de avaliação; e pela elaboração de programas a partir da realidade do aluno e pela desmitificação do espaço ideológico da sala de aula, criando um espaço de convivência para a produção coletiva de conhecimento.

Quanto ao ensino de Geografia e à divulgação de experiências alternativas no ensino da disciplina, houve a discussão dos programas de Cartografia nos currículos de terceiro grau. A intenção era provocar uma melhoria recorrendo:

- a) a cursos de reciclagem e a troca de experiência constituída no espaço vivido no programa de todas as séries do primeiro grau;
- b) a um intercâmbio mais permanente com trabalhadores de Cuba;
- c) à elaboração, por parte das AGBs e professores, de propostas curriculares e grades que pudessem ser encaminhadas aos órgãos oficiais;
- d) aos documentos produzidos pelos trabalhadores, que poderiam também ser utilizados como material didático;
- e) à inclusão no currículo de Geografia do estudo das correntes filosóficas e da evolução do pensamento geográfico;

f) à publicação de experiências alternativas no ensino da Geografia, de forma sistematizada, a fim de tornar conhecidas as metodologias aplicadas e as circunstâncias de seu desenvolvimento.

Quanto ao encaminhamento político da AGB, a sugestão era pela promoção de encontros regionais e locais que:

- a) discutissem as propostas curriculares existentes;
- b) elaborassem e encaminhassem textos às seções locais para discussão sobre grades e propostas curriculares;
- c) reivindicassem assento junto aos órgãos financiadores de pesquisa;
- d) funcionassem como agente de estímulo, acompanhando a avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- e) lutassem pela introdução dos cursos de Antropologia Social, Filosofia e Sociologia nos currículos de Geografia em nível de terceiro grau;
- f) promovessem maior intercâmbio com outras entidades de representação de classe;
- g) incentivassem a participação dos profissionais nas entidades sindicais de forma organizada;
- h) participassem de todos os movimentos referentes à ocupação do solo e do subsolo do país;
- i) lutassem pela alteração da lei 6.664 e do decreto 85.138;
- j) incentivassem cursos de âmbito nacional sobre “O papel do Brasil na economia capitalista”;
- k) proporcionassem maior engajamento dos profissionais de geografia nas lutas do povo brasileiro.<sup>34</sup>

A proposta de realização de simpósios temáticos no intervalo entre os encontros bianuais, somada à necessidade de se fazer uma avaliação crítica da produção geográfica brasileira sobre a cidade e o urbano, levou, durante o ENG. de 1988, à aprovação da proposta de realização do Simpósio Nacional de geografia Urbana. O evento foi realizado no departamento de Geografia da USP, com apoio da AGB e do departamento de Planejamento Urbano da Unesp de Rio Claro, em novembro de 1989. Em 1991 acontece o segundo Simpósio, em Rio Claro; o terceiro aconteceu

---

<sup>34</sup> Anais do VI Encontro Nacional dos Geógrafos, pág. 6-9.

no Rio de Janeiro, em 1993; o quarto em Fortaleza, em 1995, o quinto em Salvador, em 1997; e o sexto em Presidente Prudente, em 1999.

Estes simpósios, por reunirem um número menor de participantes, a maioria pesquisadores da área, contribuem para o pensar e o repensar da Geografia Brasileira. Por outro lado, podem ser entendidos como um nítido reflexo da especialização e fragmentação da Geografia, como é o caso dos Encontros de Geografia Agrária, anterior ao de Urbana, o Encontro de Geografia Física Aplicada, o Encontro de Geografia do Turismo e o Encontro de Geografia Cultural.

No início da década de 1990, houve um refluxo dos movimentos sociais no Brasil, com o fim do processo constituinte em 1988 e a derrota da candidatura popular-democrática em 1989. Contudo, outros elementos contribuíram para a formação de um momento de colocação do amplo espectro popular, que atribuía a setores da Geografia a legitimidade da fala, ainda que na defensiva. Alguns deles surgiram em escala global, com a derrocada do comunismo no leste europeu.

O surgimento de uma “nova ordem mundial” traz em seu bojo novas questões para a Geografia. O reflexo não foi nem imediato nem totalizante ou homogeneizado, pois o ritmo próprio dos temas e das perspectivas de pesquisa, aliado a um debate rico e diversificado sobre a própria “ordem mundial” definiu o diálogo travado na academia, sendo que logo no início da década de 1990 surgiram indícios da mudança de cenário.<sup>35</sup>

Quanto à comunidade geográfica brasileira, a questão mais premente ainda é a do ensino, que entra pela porta da frente com as mudanças estruturais da AGB no fim da década de 1970. O tema traz um universo de questões, derivadas em grande parte da ampliação mesma da base de ensino no Brasil, da distância entre as formulações dos grandes centros de pesquisa geográfica de expressão nacional e o conteúdo ensinado nas escolas de ensino fundamental.

Outro ponto a ser ressaltado é que a ampliação dos cursos de terceiro grau no Brasil não foi acompanhada por um “controle de qualidade”.

---

<sup>35</sup> A discussão sobre a revolução tecnológica, marcada pela noção de meio técnico-científico-informacional, dos novos blocos econômicos, da globalização da economia, do fim do comunismo, passa a compor os temas do debate geográfico. Um outro fato que impõe novos debates é a normalização da questão ambiental, transformada em fórum internacional pela Rio-92. Este cenário pode ser visualizado pela revista Terra Livre, número 9, de 1992, e a número 11-12, de 1996.

Além disso, houve uma proliferação dos cursos de licenciatura curta, os Estudos Sociais, somada à explosão do mercado editorial de livros didáticos, que passaram a funcionar como “muleta” para os profissionais mal qualificados que entravam no sistema de ensino de geografia e à péssima qualidade de boa parte desse material didático.

Procurando atender à demanda de “aprofundamento” do debate acerca do ensino de Geografia (no qual os profissionais de Ensino Fundamental passam a ser o público majoritário dos encontros de classe, em conjunto com os estudantes, que também em grande parte serão professores de Geografia no Ensino Fundamental e Médio), vários encontros e publicações propuseram-se a debater a questão.

O *II Encontro Nacional de Ensino de Geografia, o Fala Professor II*, organizado pela AGB e realizado em São Paulo, na USP, em julho de 1991, com certeza é um marco, tanto do refluxo dos movimentos sociais quanto do amadurecimento do debate interno da Geografia. A principal diferença que podemos aferir em relação aos dois primeiros encontros reside na mudança do perfil temático. Enquanto o primeiro tinha um caráter de mobilização política da entidade e dos profissionais, o segundo traria mais as experiências acumuladas no período, tanto das dissertações e teses desenvolvidas, dos escritores de livros didáticos, como dos professores nas suas salas de aula.<sup>36</sup>

O tema da globalização ganha cada vez mais peso ao longo da década de 1990, ganhando amplitude sobretudo com as obras de Milton Santos e tendo como ponto marcante a realização, em 1992, no departamento de Geografia da USP, o *Encontro Internacional “O Novo Mapa Do Mundo”*. Dele resultou a publicação de uma série de livros com os textos apresentados e a posterior popularização do tema em publicações e encontros acontecidos ao longo da década.

A posição privilegiada de Milton Santos em relação à questão pode ser observada em diversas outras situações, além do encontro citado: vejam-se, a esse respeito, os anais do *Seminário Território e Fragmentação*, em 1993; do *Encontro Internacional “Lugar, Formação Sócio Espa-*

---

<sup>36</sup> O Boletim Paulista de Geografia, número 70, de 1992, a Revista Geografia e Ensino, do Departamento de Geografia da UFMG, e a Revista Orientação, do Departamento de Geografia da USP, em seus vários números, são exemplos dessas publicações específicas.

*cial, Mundo*", em 1994; do *Encontro Nacional "Globalização e Território Brasileiro"*, em 1996; e, por fim, do *Encontro Internacional "O Mundo do Cidadão - Um Cidadão do Mundo"*, em 1996, este último tematizando sua vida e obra<sup>37</sup>.

Quanto às novas linhas teóricas assumidas com maior ênfase no decorrer da década de 1990, derivadas em grande parte do refluxo do marxismo, podemos destacar a da pós-modernidade, a da geografia cultural, humanista, e a introdução de "novos" autores na Geografia, como Michel Foucault e Henri Lefebvre, além da renovação da discussão sobre a "natureza" pela via ecológica.

Findo este percurso pela construção da geografia acadêmica brasileira (um tanto, digamos, linear), convém articular algumas reflexões finais. Se procurássemos dividir o percurso realizado em períodos, teríamos cinco escalas básicas. A primeira buscaria o entendimento das escolas de pensamento hegemônicas em cada período, fornecendo uma primeira classificação em quatro grandes períodos, iniciando-se em 1934: o primeiro período iria de 1934 até a década de 1960, com hegemonia da escola francesa; outro poderia ser estabelecido entre a década de 1960 e 1970, com a disputa entre a escola francesa e a quantitativista, com ganho de terreno para a segunda; um terceiro momento poderia ser percebido no final da década de 1970, estendendo-se até o início da década de 1990, com hegemonia da tendência marxista; e, por fim, após a década de 1990 manifesta-se um pluralismo com retornos, descobertas, recuos e novas descobertas.

Por outro lado, se procurássemos uma periodização que levasse em consideração a política acadêmica, centrada na AGB, teríamos três grandes períodos. O primeiro abarca o intervalo que vai de sua criação até o ano de 1946, e sua marca é essencialmente paulista; o segundo, compreendido entre 1946 e 1978/79, busca a construção de uma entidade nacional, mas concentrado nos catedráticos que se revezam entre Rio de Janeiro e São Paulo; e, por fim, o terceiro, a partir de 1978/79, não mais

---

<sup>37</sup> A questão das novas relações entre o global e o local também é o tema central do Encontro Nacional dos Geógrafos realizado em Recife, em 1996, intitulado *Espacialidade e Territorialidade: Limites da Simulação*. Uma publicação importante para acompanhamento dessa questão das novas territorialidades é a *Revista Território*, publicada pelo Laget/UFRJ.

caracterizado pelo perfil catedrático/regional, mas sim pelo perfil teórico/ideológico de feições marxistas.

Uma terceira possibilidade poderia buscar uma classificação vinculada ao perfil dominante do pesquisador e nos daria dois grandes períodos: um que vai até a década de 1970, marcado pelo pesquisador de campo, descritivo e regionalizador; e outro, que vai da década de 1970 até os dias de hoje, marcado pelo perfil teórico-metodológico.

A quarta hipótese buscaria as perspectivas da comunidade acadêmica, demarcando-se em seis períodos, que se iniciam em 1934. O primeiro, de 1934 a 1956, seria marcado pela difusão da geografia acadêmica; o segundo, de 1956 a 1970, apontaria o período de afirmação da Geografia Brasileira; o terceiro, a partir da década de 1970, seria identificado com a expansão rápida dos cursos de Geografia e o aumento da comunidade geográfica; o quarto, ao longo da década de 1970, seria percebido pela sensação de crise política e epistemológica da disciplina; o quinto, de 1978 a 1986, seria identificado pelo repensar radical das bases da disciplina; e, por fim, dos fins da década de 1980 até os dias atuais, seria possível perceber a busca pela diversificação das perspectivas temáticas, práticas e teóricas.

A quinta alternativa poderia organizar-se a partir das gerações, e nos daria cinco fases, em boa parte coincidentes com o postulado de Ortega y Gasset, que sugeria gerações de 15 anos. A primeira iria de 1934 a 1949, marcada pela influência quase total da geografia francesa, pela construção do tripé universidade-AGB-IBGE., centrada no eixo RJ-SP, e pela difusão da concepção de geografia moderna; a segunda geração, de 1949 a 1964, seria marcada pela perspectiva de integração do território brasileiro, pelo desenvolvimentismo, pela construção de um conhecimento do território brasileiro promovido pelos encontros anuais da AGB em vários pontos do território nacional e pela iniciativa de intercâmbio com centros de pesquisa na Europa e EUA (principalmente França e EUA); a terceira geração, de 1964 a 1979, seria identificada pelo embate com a ditadura militar, a influência marcante da geografia quantitativa, principalmente no IBGE e na Unesp de Rio Claro, e no refluxo da geografia francesa, com um racha na comunidade caracterizado pelo questionamento da hegemonia norte-americana que é transvasada para esses centros, e o questionamento do autoritarismo político é incorporado à crítica à cátedra e à elite da AGB; a quarta geração, de 1979 a 1994,

seria aquela que se inicia com um discurso de crise, que vive a construção de uma perspectiva crítica para a geografia brasileira, marcada pela hegemonia do marxismo, com ampla participação dos estudantes e professores do ensino médio e fundamental nos encontros da AGB, com grande perspectiva de transformação social no Brasil, mas que assiste a vários rachas internos, fragmentações temáticas e grande expansão do mercado editorial e assiste à construção de nosso maior nome nacional e internacional da geografia, Milton Santos; a quinta geração seria aquela que adentra a geografia após 1994, sentindo apenas levemente a influência do clima revolucionário eferescente da década de 1980, e presença já um debate desconexo entre inúmeras perspectivas e vários encontros temáticos, uma AGB. existente em todo o estado nacional com inúmeras seções locais ativas, encontros nacionais com mais de 3 mil participantes, mas também um sentimento de crise, derivado da crise do emprego, do sucateamento das universidades, da aposentadoria ou morte de grandes nomes da geografia brasileira, tendo que entrar no mercado de trabalho já nos primeiros períodos do curso, com a possibilidade (mas também a pressão) para continuar longos anos de estudos na etapa da pós-graduação.

Neste trabalho não escolhemos de nenhuma dessas periodizações, pois entendemos que todas são parciais. Mas ao buscar entender o movimento de renovação da Geografia Brasileira, deparamo-nos com o fato de que os participantes vinham de vários caminhos, escolas, gerações, momentos, perspectivas, mas que ao mesmo tempo havia algo em comum. Esse cruzamento foi sua riqueza; a busca de construção conjunta de uma proposta radical, seu desafio. A esse conjunto de pessoas denominamos coetâneos.

